

Em Keynes, a base para a poupança compulsória

por George Vidor
do Rio

Os fundamentos das medidas complementares ao Plano Cruzado, anunciadas na última quarta-feira, estão na literatura econômica. Mais precisamente no trabalho de John Maynard Keynes, intitulado "How to pay for the war", onde o economista inglês, em 1940, propunha um esquema de poupança compulsória para transferir renda ao Estado, como forma de garantir os investimentos exigidos pelo esforço de guerra.

Este trabalho de Keynes, quase um panfleto, escrito em linguagem simples, circulou recentemente nas altas esferas em Brasília, distribuído pelo economista Francisco Lopes, que teve a idéia, após a reunião com o presidente da República, em Carajás, no mês de maio, para uma avaliação do Plano Cruzado.

Naquela reunião, ficou constatado que o Estado estava com a sua capacidade de poupar inteiramente esgotada. A socialização da dívida externa e o brutal crescimento da dívida interna tinham consumido toda a poupança adicional feita pelo governo. Uma situação econômica muito semelhante à descrita por Keynes no início da II Guerra. A inflação corretiva, analisou então Keynes, seria capaz de reduzir salários e aumentar lucros, mas não transferir poupanças para o Estado, via reajuste de preços. Nesse trabalho, Keynes, além das justificativas, dá até sugestões sobre como promover a poupança compulsória, só que voltadas mais para o aspecto da renda. "No caso do Brasil, o governo quis atuar sobre o consumo", conta Lopes, um dos mentores do Plano Cruzado, de volta ao Rio, depois de passar muitos dias assessorando as autoridades em Brasília na elaboração das novas medidas.

Lopes, que cada vez se convence mais da eficácia das teorias econômicas keynesianas, acredita que



Francisco Lopes

vai poder a partir de agora dedicar-se mais às suas atividades acadêmicas, pois não há mais ajustes importantes a serem feitos a curto prazo. "O governo não pode operar correndo atrás. Tem de ter programas mais consistentes. Creio que essas medidas se enquadram neste rumo", diz.

REPERCUSSÃO

Lopes acha que a repercussão das medidas acabará sendo positiva: "O programa não representa um retrocesso, pois não se diminui a renda das pessoas. É uma proposta de crescimento ordenado."

Para o professor, é cristalino que o empréstimo compulsório não pode ser computado nos índices de preços. E no caso das novas tarifas de táxi, o peso do reajuste é desprezível, "mesmo no índice do IBGE", diz Lopes.

Ele não poupa elogios ao Iplan, órgão do Ministério do Planejamento que fez todos os estudos de apoio para o Plano de Metas: "O pessoal trabalhou noite e dia, sábados e domingos, durante um mês, e o resultado foi belíssimo, refazendo um sistema de Planejamento, de alocação de recursos, que teve impulso na gestão do ministro Reis Velloso, mas que acabou sendo totalmente desarticulado na administração passada. O período inicial da gestão de João Sayad foi bastante absorvido pelas

tentativas de estabilização de preços, mas hoje já se tem espaço para planejamento, para se fazer macroeconomia".

OPEN E DEFICIT

Na opinião do economista, as alterações na tributação do "open market" eram também necessárias porque é preciso diferenciar-se o que é moeda do que é poupança. "Aplicações por sessenta dias representam moeda e, portanto, devem ter uma remuneração distinta da remuneração da poupança. Creio que a filosofia da nova tributação é esta", mas, Lopes reconhece que este é um setor complicado e que as medidas precisam de tempo para adaptação no mercado.

O professor está satisfeito com a receptividade ao novo conceito de déficit público, usado pelo governo, que contou expressivamente com a sua colaboração acadêmica, neste campo.

"O déficit corrente acaba com a história de o governo estar ou não gastando muito. Fica claro que as receitas atuais são praticamente suficientes para cobrir as folhas de pagamento, as despesas de manutenção e mais a enorme conta de juros. Há um déficit aproximado de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), que pode ser coberto pela racionalização dos gastos ou mesmo emissão de moeda. O governo tem então uma necessidade grande de financiamento porque precisa investir em setores não atendidos pela iniciativa privada. Se os empresários tivessem como suportar um investimento como Itaipu, então esse déficit desapareceria. A questão então está em se discutir claramente esses aspectos", observa Lopes.

O professor diz que está otimista porque o Fundo agora criado absorverá uma poupança capaz de suprir esses investimentos adequadamente. "Vamos poder trabalhar mais em planejamento, macroeconomia. Ficou mais gostoso", conclui.